



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 13/2018 PRESI/GAPRES

A DESEMBARGADORA REGINA CÉLIA FERRARI LONGUINI, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas, nos termos do artigo 19, incisos LV e LVII do Regimento Interno, tendo em vista o disposto no artigo 18, § 2º; artigo 54, caput e inciso III; artigo 55, inciso I, alínea "a" e § 2º, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, **RESOLVE**:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao terceiro quadrimestre de 2017 e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal, em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a" e "b")								RS 1,00	
GRUPO DESTINAÇÃO DE RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores				Demais Obrigações Financeiras
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a-(b+c+d+e))		
Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)									
	0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)									
	0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-	
	0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos de Operações de Crédito e Receitas Financeiras									
	0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos vinculados a Fundos, Órgãos e Programas									
	0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	117.196,24	22.940,13	4.520,63	-	89.735,48	88.000,48	-	
	0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	115.461,24	22.940,13	4.520,63	-	88.000,48	88.000,48	-	
	0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.735,00	-	-	-	1.735,00	-	-	
	0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	
	0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	
Outros recursos vinculados									
	0190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)									
		117.196,24	22.940,13	4.520,63	-	89.735,48	88.000,48	-	
Recursos Ordinários									
	0100 - Recursos Ordinários	6.715.264,81	70.824,91	30.772,07	273.102,72	6.340.565,11	6.340.565,11	-	
	0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	6.715.264,81	70.824,91	30.772,07	273.102,72	6.340.565,11	6.340.565,11	-	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)									
		6.715.264,81	70.824,91	30.772,07	273.102,72	6.340.565,11	6.340.565,11	-	
TOTAL (III) = (I+II)									
		6.832.461,05	93.765,04	35.292,70	273.102,72	6.430.300,59	6.428.565,59	-	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹		-	-	-	-	-	-	-	
FONTE: Sistema SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SECON/COFIN/SAO/TRE/AC. Data da emissão 23/01/2018 e hora de emissão 10:38.									
¹A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.									
Notas:									
1. O modelo estabelecido na 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.									
2. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.									
3. A coluna "Insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão fiscal do Poder Executivo de cada ente consorciado.									
4. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R\$ 6.562.214,60.									

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	36.973.922,04	-
Pessoal Ativo	33.214.398,60	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.759.523,44	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.179.864,04	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	734.972,60	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.444.891,44	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	32.794.058,00	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	727.254.323.971,32	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	32.794.058,00	0,004509
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	61.365.719,86	0,008438
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	58.297.433,86	0,008016
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	55.229.147,87	0,007594

FONTE: Sistema SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SECON/COFIN/SAO/TRE/AC. Data da emissão 23/01/2018 e hora de emissão 10:38.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 54, de 18/1/2018.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo 6	RS 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE

Receita Corrente Líquida	727.254.323.971,32	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	32.794.058,00	0,004509
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	61.365.719,86	0,008438
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	58.297.433,86	0,008016
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	6.428.565,59	6.430.300,59

FONTE: Sistema SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SECON/COFIN/SAO/TRE/AC. Data da emissão 23/01/2018 e hora de emissão 10:38.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

R\$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				36.973.922,04	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				4.179.864,04	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				32.794.058,00	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				727.254.323.971,32	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / I/V)*100				0,004509%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO I	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,008462%	61.540.260,89
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Portaria TSE nº478, de 26 de setembro de 2005	0,008454%	61.482.080,55
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:			-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,008438%	61.365.719,86
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Rio Branco, 24 de janeiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por Regina Célia Ferrari Longuini, Presidente, em 24/01/2018, às 15:47, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 0187179 e o código CRC B7FB7313.